

Parte 7

SEGURANÇA PRIVADA

O paradoxo da segurança privada

Jeferson Furlan Nazário

Apandemia de Covid-19 expôs diversas dificuldades em todo o mundo, e também no Brasil, possivelmente o maior desafio dessa geração. Também trouxe à luz questões muito importantes. No momento de exceção, em que o isolamento se mostrou a principal forma de combate ao novo coronavírus, quem seriam os “privilegiados” que continuariam trabalhando “normalmente” para permitir que o restante da população pudesse ficar em casa?

Nunca o termo essencial foi tão discutido e evidenciado. Serviços os quais os brasileiros nunca tinham parado para pensar sobre a importância passaram a reconhecê-los. É o caso da segurança privada, que desde o primeiro decreto do Governo Federal foi reconhecida como atividade essencial. “Privilégio” carregado de responsabilidade. Sem a segurança privada, que sempre atuou como complementar a segurança pública, hospitais, postos de saúde, órgãos públicos, supermercados, farmácias não estariam funcionando.

Neste contexto, pode-se pensar que o setor da segurança privada “escapou dos graves efeitos econômicos causados pela pandemia, e, ainda que tenha até mesmo aumentado o lucro”. Pelo contrário, mais uma vez a segurança privada está sob um paradoxo. O fato de ser essencial não impediu que as empresas passassem por uma readequação das contas, tampouco pelo corte em muitos postos de trabalho.

Em muitos casos, contratos e pagamentos foram suspensos ou reduzidos devido ao estado de calamidade. Além disso, shoppings, galerias comerciais, escolas, alguns

ramos da indústria, entre outros, também ficaram fechados por um longo tempo, o que diminuiu a demanda. Além disso, em muitos estados, as Escolas de Formação de Vigilantes, embora uma área essencial do segmento, não foram autorizadas a funcionar, mantendo-se fechadas, assim como foram cancelados todos os eventos esportivos e da área de entretenimento (shows, feiras, entre outros), permanecendo esta situação em diversas regiões do País.

MAS O QUE É A SEGURANÇA PRIVADA?

Segurança privada é a atividade voltada à vigilância, segurança e defesa do patrimônio ou segurança física de pessoas, de forma armada ou desarmada, sendo autorizada, controlada e fiscalizada pelo Ministério da Justiça, através da Polícia Federal.

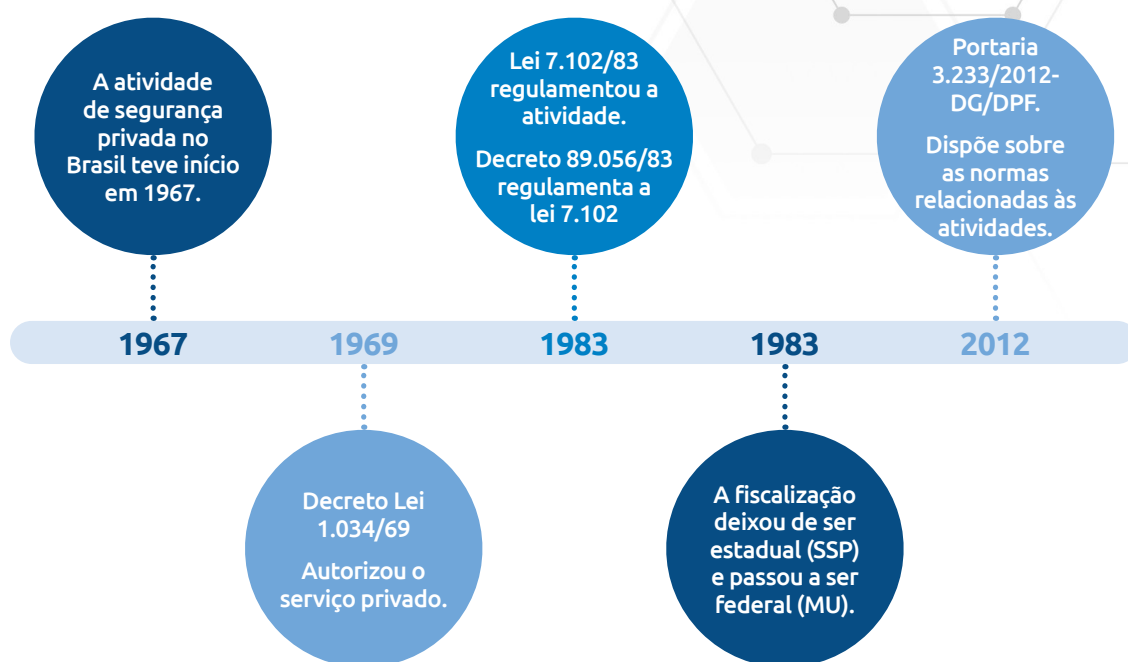
A segurança privada, que pode ser especializada ou orgânica (empresa que não é de segurança privada, mas contrata segurança de forma direta para o seu uso), é uma atividade complementar à atividade de segurança pública em termos de legislação específica. Segundo a definição da própria Polícia Federal:

“A atividade de segurança privada no Brasil teve início, em sua moderna conformação, em 1967. A primeira legislação sobre o assunto surgiu em 1969, com a instituição do Decreto-Lei 1.034/69. Este autorizou a prestação de serviços dessa natureza em função do aumento de assaltos a bancos, o que mostrou, à época, a necessidade

de se recorrer à segurança privada. Tal decreto foi o primeiro a regulamentar a atividade de segurança privada. As empresas que exerciam a atividade eram controladas, inicialmente, pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, razão pela qual até 1983 eram os governos estaduais os entes fiscalizadores. A demanda por segurança privada aumentou consideravelmente ao longo dos anos, deixando de ser uma necessidade exclusiva das instituições financeiras. Assim, tal atividade passou a ser prestada também a órgãos públicos e empresas particulares (indústrias, comércio). A crescente procura exigia uma normatização mais ampla, pois o decreto lei de 1969 já não comportava

todos os aspectos da atividade. Houve, então, um grande esforço junto ao Governo Federal para regulamentar o serviço de segurança privada através de uma legislação específica. Em 1983, a atividade foi regulamentada pela Lei 7.102 e a fiscalização deixou de ser estadual (SSP) e passou a ser federal (Polícia Federal – MJ).”¹

Hoje a contratação de empresas de segurança privada tem que estar em conformidade com a Lei nº. 7.102/83, com o Decreto 89.056/83 e com as normas estabelecidas pelo Departamento de Polícia Federal, como a Portaria 3.233/2012-DG/DPF, garantindo assim, uma contratação legal, especializada e com qualidade nos serviços prestados.



Para ser um profissional da segurança privada, é necessário realizar o curso de formação de vigilante aprovado pelo DPF e que segue rigidamente as recomendações da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF. Com 200 horas/aulas e validade de dois anos, os cursos conferem ao profissional as técnicas, habilidades e credenciais necessárias, habilitando-o ao exercício da profissão em todo o território nacional na atividade de vigilância patrimonial.

Os cursos de formação de vigilantes, ain-

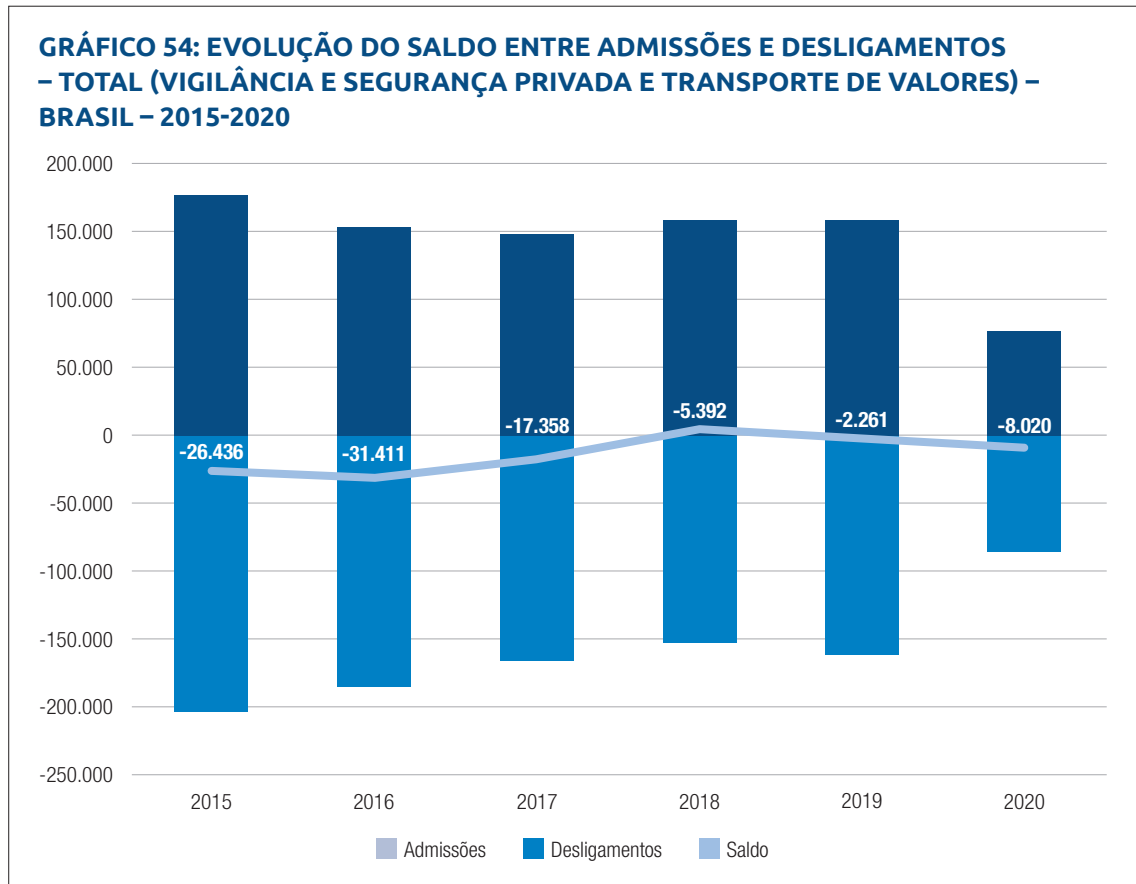
da que também essenciais, foram afetados em virtude da pandemia, por decisão dos governos estaduais e municipais, que impuseram a suspensão das atividades acadêmicas. Neste sentido a PF orientou a prorrogação dos prazos às DELESP's estaduais para a atualização das reciclagens em 12 de março do corrente ano, que foram restabelecidas no último dia 1º de setembro divulgando um cronograma para a atualização de reciclagens vencidas, conforme Parecer nº 15559318/2020-DELP/CGCSP/DIREX/PF.

1. "Como Contratar Segurança Privada Legal e Qualificada – orientações". Fundação Brasileira de Ciências Policiais – Junho/2015

NÚMERO DE TRABALHADORES

Para se ter uma ideia, dados do Cagedo (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério da Economia (ME), analisados pelo Departamento de Estatística da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), revelam que, no primeiro se-

mestre de 2020, houve um saldo negativo entre admitidos e desligados de 8.020 empregados. A diminuição do efetivo tornou-se uma constante entre 2015 e 2019, com uma redução de aproximadamente 72 mil postos de trabalho. Durante esses 5 anos, o setor precisou enxugar as equipes e diminuir as despesas.



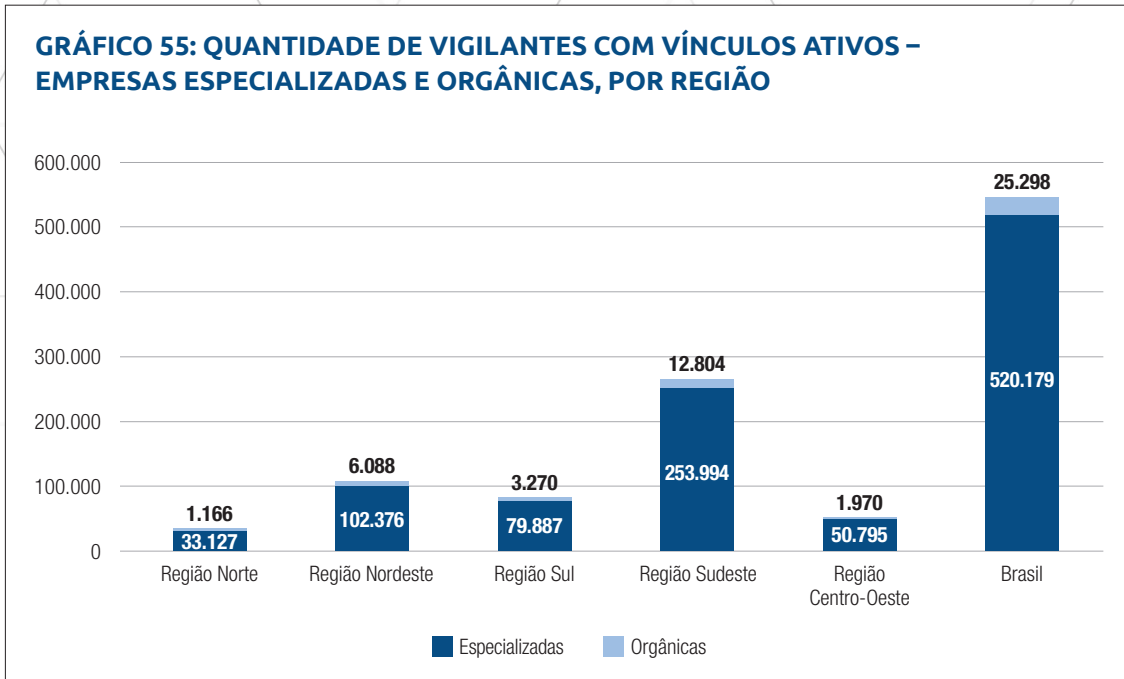
Obs: O dado de 2020 é referente ao mês de junho.

Fonte: Ministério da Economia - CAGED; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Desde a decretação do estado de emergência agora em 2020, o setor teve que afastar trabalhadores do grupo de risco, reduzir horas de trabalho, enxugar equipes e, por fim, foram necessárias algumas demissões para diminuir despesas.

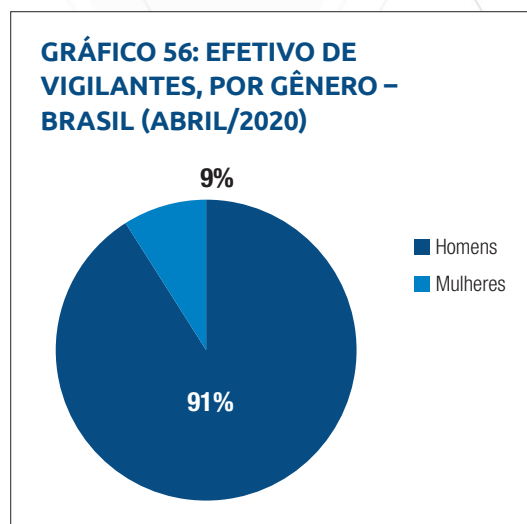
Em 2019, havia certo otimismo do setor impulsionado pela melhora dos indicadores financeiros do País e a volta da confian-

ça dos setores produtivos. Mas com a pandemia, as chances de uma retomada ainda em 2020 se tornaram praticamente inviáveis. Ainda de acordo com as análises dos dados da Polícia Federal (PF), em abril de 2020, o total de vigilantes no segmento de segurança privada, incluindo profissionais que atuam nas empresas orgânicas, chegou a 545.447.



Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como todo setor de serviços, o desempenho da economia brasileira está diretamente associado ao crescimento ou perda de novos postos de trabalho no setor. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) menos de 14% das mulheres tinha emprego no ano de 1950. O último censo realizado (2010) mostra que esse número passou para 49,9%. Apesar das mulheres estarem inseridas no mercado de trabalho brasileiro de segurança privada, a representatividade feminina ainda é pequena (9%) em relação aos homens (dados do DPF). Atualmente, 49.303 delas integram o quadro da Segurança Privada.



Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Departamento de Polícia Federal.

De acordo com a Associação Brasileira de Cursos de Formação de Vigilantes – ABCFAV, com os dados da PF de dezembro de 2019, temos aproximadamente pouco

mais de 1 milhão de vigilantes aptos a trabalhar (com curso de formação em dia), mas aproximadamente 51% estão inativos agora em 2020.

QUADRO 04: TOTAL DE VIGILANTES APTOS A TRABALHAR

Total de vigilantes

Vigilantes aptos a trabalhar	1.017.671
Vigilantes com vínculo ativo com empresas somente especializadas	520.179
Vigilantes com vínculo ativo com empresas somente orgânicas	22.042
Vigilantes com vínculo ativo com empresas especializadas e orgânicas	502.472
Vigilantes inativos	515.199

Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Departamento da Polícia Federal e ABCFAV - Associação Brasileira de Cursos de Formação de Vigilantes.

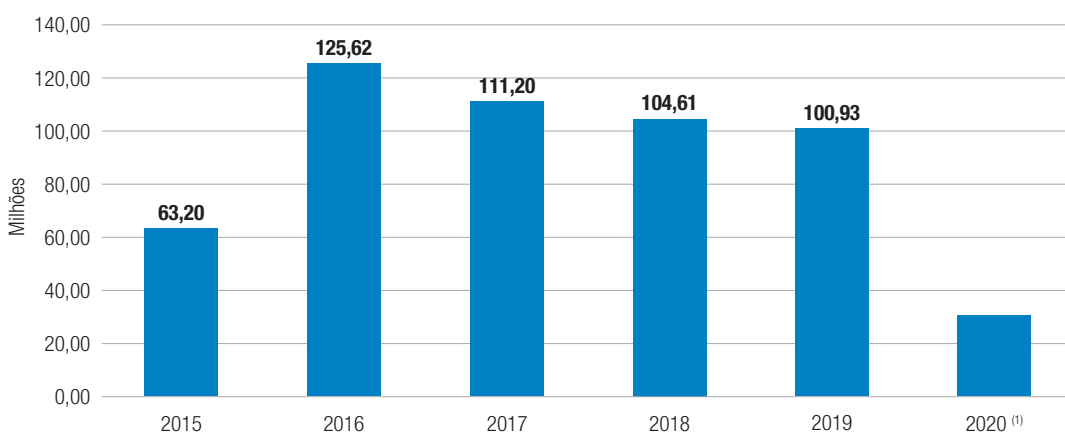
OUTROS DADOS

A Portaria 3233/2012 é a norma que regulamenta a Lei nº 7.102/83 e o Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada e vai estabelecer a cobrança de taxas para alteração, registro, vistoria, expedição e renovação de atos relacionados à atividade, assim como trata das penas e das multas aplicáveis a empresas que contrariem as normas estabelecidas

de acordo com a gravidade, reincidência e a condição econômica do infrator

Segundo dados do DPF nos 5 primeiros meses de 2020 já foram pagas R\$ 28,9 milhões em taxas e R\$ 1,0 milhões em multas, o que corresponde a aproximadamente 30% e 25%, respectivamente de todo valor pago em 2019. Fato este diretamente ligado à pandemia mundial, que estabeleceu a prorrogação de diversas atualizações de dados das empresas junto à PF.

GRÁFICO 57: VALORES PAGOS PELAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA EM MULTAS E TAXAS (EM R\$ CORRENTES)



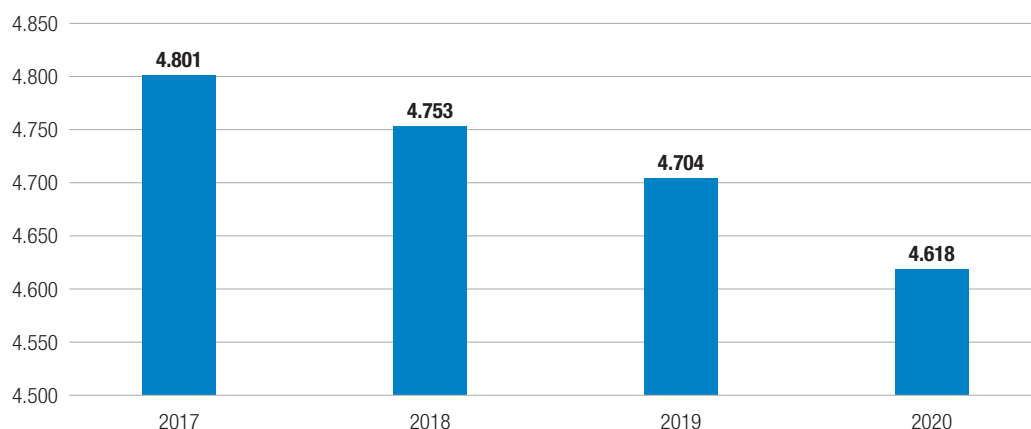
Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Polícia Federal.

(1) Os dados de 2020 se referem aos valores pagos até o mês de maio.

Observa-se também que as taxas pagas mantiveram certa estabilidade entre 2017 e 2019, o que corrobora com a pequena variação no número de empresas. Ao mesmo tempo, as multas e penalidades aplicadas às empresas de segurança, embora ainda com

valores altos, tem apresentado quedas perceptíveis, o que pode ser compreendido por alguns fatores como a melhoria do sistema de gestão da PF, o treinamento das empresas dos seus profissionais e um maior entendimento da legislação do setor.

GRÁFICO 58: QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS (BRASIL – 2017-2020)



Fonte: Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Obs: O dado de 2020 é referente ao mês de junho.

RECEITA BRUTA E NÚMERO DE EMPRESAS

Outros dois indicadores: receita bruta e número de empresas evidenciam um outro paradoxo, que é o de que a segurança privada cresce apenas com o aumento da violência. Isso é uma falácia, uma afirmação feita sem comprovação empírica. Segundo este Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os delitos contra o patrimônio e contra a vida caíram entre 2017 e 2019 e, mesmo assim, a quantidade de vigilantes manteve certa estabilidade. Para se investir em segurança de qualidade e qualificada, é necessária uma economia forte.

Em 2019, a receita bruta da segurança privada cresceu 1,87%, o que corresponde a um aumento de R\$ 678,7 milhões. Número bem próximo ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registrado no ano passado de 1,1%. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e foram analisados pela Consultoria Econômica da Fenavist.

Outro dado da Consultoria Econômica da Fenavist que é preciso destacar é que os R\$ 36,936 bilhões de receita bruta alcançados em 2019, não significam o lucro das

empresas. A atividade é uma das que mais pagam tributos no Brasil, com carga na ordem de 48% ou mais. Além disso, a alta no faturamento no ano passado ficou abaixo da média de reajustes salariais concedidos em convenção coletiva de trabalho 3,48%, evidenciando que a diferença entre o concedido e o repassado, foi absorvido pela lucratividade. O total de encargos trabalhistas, previdenciárias, sociais, de mão de obra e benefícios correspondem hoje a mais de 80% do faturamento do segmento.

Outro indicador que confirma a relação direta entre segurança privada e economia é o quantitativo de empresas. Desde 2017, o número de autorizações de funcionamento está estável. No primeiro semestre de 2020 estavam autorizadas a funcionar pela Polícia Federal, como empresa especializada ou orgânica, 4.618 empresas.

De acordo com os dados analisados, registra-se uma pequena queda, em média -1%, em todas as autorizações concedidas pela PF nos últimos anos. Além disso, ao final do primeiro semestre de 2020, havia 2.388 empresas especializadas autorizadas a funcionar, 1.938 orgânicas e 292 cursos de formação de vigilantes.

QUADRO 05: QUANTIDADE DE EMPRESAS POR AUTORIZAÇÕES DE FUNCIONAMENTO EM JUNHO DE 2020, BRASIL.

Empresas especializadas		Empresas orgânicas	
Vigilância patrimonial	2.384	Vigilância patrimonial	1.934
Transporte de valores	348	Transporte de valores	19
Escolta armada	861		
Segurança pessoal	832		

Dados: Departamento da Polícia Federal – DPF

É sempre bom lembrar que as empresas autorizadas podem desenvolver suas atividades, tanto na prestação de serviços especializados com as atividades de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal ou curso de formação; ou também com a segurança orgânica nas atividades de vigilância patrimonial e transporte de valores. Muitas delas trabalham em mais de uma atividade.

O FUTURO PASSA PELO CONGRESSO NACIONAL

De acordo com a Associação Brasileira de Cursos de Formação de Vigilantes (AB-CAV), os dados ao final de 2019, revelam que há mais de um milhão de profissionais devidamente capacitados pelos cursos de formação e regularizados na Polícia Federal, ou seja, aptos a trabalhar. No entanto, mais de 500 mil estão fora do mercado por falta de vagas. Boa parte desses profissionais poderia estar empregada se o novo Estatuto da Segurança Privada já tivesse sido aprovado, em definitivo, pelo Congresso Nacional.

O Estatuto da Segurança Privada tramita na Câmara do Deputados e no Senado há uma década. O texto reuniu dezenas de projetos de Lei que tramitavam no Congresso Nacional e que tratavam do tema. Aprovado em 2016, por unanimidade na Câmara dos Deputados, o projeto está em análise pelo Senado desde então, sem um desfecho final.

A demora na aprovação da nova lei tem causado muitas dificuldades para o setor, pois impede a recuperação dos milhares de postos de trabalho perdidos desde 2015 e

a geração de novos empregos, com a abertura de todos os setores econômicos no pós-pandemia, e conseqüente retomada do crescimento econômico. Além disso, obriga que as empresas de segurança protejam a população diante de situações do século XXI com um regramento do século passado. Um convite para os inescrupulosos e criminosos se aproveitam das brechas na lei, como é o caso do crescimento das empresas clandestinas de segurança privada, que, por falta de previsão legal, crescem a cada dia e não são criminalizadas e não tem os seus responsáveis punidos.

A proposta tem por objetivo atualizar e modernizar a Lei nº 7.102/83, que há 37 anos regulamenta o setor da segurança privada no Brasil. A nova lei trará inovações importantes para esse setor que é complementar ao da segurança pública. Estabelecerá um regime jurídico mais seguro para as empresas formais autorizadas a funcionar pela Polícia Federal. O texto criminaliza e pune com maior rigor a prestação de serviço de segurança privada clandestina.

Outra inovação importante é a regulamentação do setor da segurança eletrônica, que hoje está à margem de uma legislação federal específica, o que permite empresas sem nenhum regramento explorem o mercado sem nenhum controle. A nova lei passa a considerar a segurança eletrônica atividade da segurança privada, autorizada e fiscalizada pela Polícia Federal.

O Estatuto da Segurança Privada aumenta a pena para crimes de roubo, furto e dano a carros-fortes e a empresas de segurança privada especializadas em transporte de valores. A pena será aumentada também nos

casos de crimes cometidos contra os vigilantes privados.

A lei ainda trata do funcionamento das escolas de formação de vigilantes; do uso de produtos controlados de uso restrito, armas de fogo e de menor potencial ofensivo; da prestação do serviço em espaços de uso comum, transportes coletivos, estabelecimentos prisionais, portos e aeroportos, estabelecimentos públicos e privados e áreas públicas; dos requisitos para exercício profissional, bem como direito a seguro de vida, assistência jurídica e piso salarial fixado em acordos e convenções coletivas.

A pandemia de Covid-19 desnudou a economia brasileira. Expôs de forma visceral como a maior parte das companhias sobrevivem na corda bamba, sem reservas financeiras, sem condições de enfrentar crises

Os indicadores analisados ao longo do texto não deixam dúvidas que o segmento de segurança privada passa por um momento de retração, iniciado há, pelo menos, cin-

co anos. Reflexo dos números acanhados e até negativos da economia brasileira.

Ao mesmo tempo, os indicadores evidenciam o potencial econômico e social da atividade, que infelizmente encontra-se repressado. A segurança privada pode gerar milhares de novos empregos em um prazo curto com a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Por consequência, existiriam mais profissionais nas ruas, liberando o efetivo da segurança pública para atuar, por exemplo, na segurança ostensiva, no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado.

A ampliação da parceria entre as seguranças públicas e privadas, que há décadas trabalham de forma complementar, é fundamental para o bem estar da população. E isso passa, invariavelmente, pelo fortalecimento do segmento de segurança privada, o que só será possível, com a tomada de decisão política, que neste momento, encontra-se nas mãos do Congresso Nacional.

Segurança privada

O perfil do vigilante na segurança privada no Brasil

545.477
profissionais em 2020



■ GÊNERO



9% mulheres



91% homens

■ ESCOLARIDADE

25% tem ensino médio incompleto e
71% ensino médio completo



• **25%** médio incompleto



• **71%** médio completo



• **1%** superior incompleto



• **2%** superior completo

■ IDADE



69%
tem entre 30 e 49 anos

14% até 29 anos

38% entre 30 e 39 anos

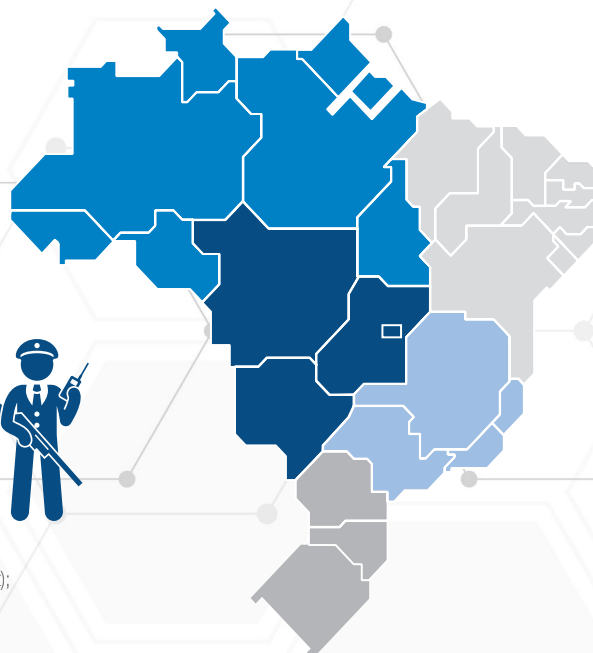
31% entre 40 e 49 anos

17% mais de 50 anos



■ CONCENTRAÇÃO

Maior concentração
ocorre no sudeste,
onde estão alocados
49% dos
vigilantes do país



📍 Norte = 6%

📍 Centro-Oeste = 10%

📍 Sul = 15%

📍 Nordeste = 20%

📍 Sudeste = 49%

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TABELA 89

Quantidade de vigilantes com vínculos ativos
Brasil, Regiões e Unidades da Federação - abril/2020

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Vigilantes			
	Ns. Absolutos		Percentual do total	
	Especializadas	Orgânicas	Especializadas	Orgânicas
Brasil	520.179	25.298	100,0	100,0
Região Norte	33.127	1.166	6,4	4,6
Acre	1.533	205	0,3	0,8
Amazonas	8.543	145	1,6	0,6
Amapá	1.671	21	0,3	0,1
Pará	13.823	550	2,7	2,2
Rondônia	4.839	187	0,9	0,7
Roraima	889	0	0,2	0,0
Tocantins	1.829	58	0,4	0,2
Região Nordeste	102.376	6.088	19,7	24,1
Alagoas	4.422	742	0,9	2,9
Bahia	29.971	880	5,8	3,5
Ceará	16.591	1.078	3,2	4,3
Maranhão	9.416	246	1,8	1,0
Paraíba	6.323	353	1,2	1,4
Pernambuco	19.557	1.662	3,8	6,6
Piauí	3.981	363	0,8	1,4
Rio Grande do Norte	6.547	588	1,3	2,3
Sergipe	5.568	176	1,1	0,7
Região Sul	79.887	3.270	15,4	12,9
Paraná	25.146	1.306	4,8	5,2
Rio Grande do Sul	34.237	1.029	6,6	4,1
Santa Catarina	20.504	935	3,9	3,7
Região Sudeste	253.994	12.804	48,8	50,6
Espírito Santo	11.473	246	2,2	1,0
Minas Gerais	33.067	1.738	6,4	6,9
Rio de Janeiro	50.478	1.999	9,7	7,9
São Paulo	158.976	8.821	30,6	34,9
Região Centro-Oeste	50.795	1.970	9,8	7,8
Distrito Federal	20.586	358	4,0	1,4
Goiás	18.325	968	3,5	3,8
Mato Grosso do Sul	4.851	306	0,9	1,2
Mato Grosso	7.033	338	1,4	1,3

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TABELA 90

Vigilantes com vínculos ativos, por tipo de empresa

Tipo de empresa	Vínculos ativos					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	631.028	591.177	584.506	604.746	565.163	545.477
Especializadas	631.028	591.177	584.506	579.003	540.738	520.179
Orgânicas	25.743	24.425	25.298
				604.746	565.163	545.477

Obs: O dado de 2020 se refere ao mês de abril.

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TABELA 91

Quantidade de estabelecimentos, por tipo

Brasil – 2015-2020

Tipo	Quantidade de estabelecimentos					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	2.553	2.561	4.801	4.753	4.704	4.618
Especializadas	2.553	2.561	2.627	2.694	2.687	2.680
Orgânicas	2.174	2.059	2.017	1.938

Obs: O dado de 2020 é referente ao mês de junho.

(...) Informação não disponível.

Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Polícia Federal.

TABELA 92

Quantidade de empresas, por tipo

Brasil e Regiões - junho/2020

Brasil e Regiões	Especializadas				Orgânicas		Total				
	Total (sem curso de formação)		Empresas de curso de formação	Total (incluindo curso de formação)		Ns. Abs	%	Sem curso de formação		Incluindo curso de formação	
	Ns. Abs	%		Ns. Abs	%			Ns. Abs	%	Ns. Abs	%
Brasil	2.388	100,0	292	2.680	100,0	1.938	100,0	4.326	100,0	4.618	100,0
Norte	184	7,7	31	215	8,0	160	8,3	344	8,0	375	8,1
Nordeste	508	21,3	70	578	21,6	561	28,9	1.069	24,7	1.139	24,7
Sul	464	19,4	47	511	19,1	264	13,6	728	16,8	775	16,8
Sudeste	953	39,9	116	1.069	39,9	810	41,8	1.763	40,8	1.879	40,7
Centro-Oeste	279	11,7	28	307	11,5	143	7,4	422	9,8	450	9,7

Fonte: Departamento de Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TABELA 93

Receita bruta de prestação de serviços, por tipo de atividade
Brasil e Regiões - 2015-2019

	Receita bruta de prestação de serviços no ano									
	Atividades de vigilância e segurança privada ⁽¹⁾					Atividades de transporte de valores ⁽²⁾				
	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	27.799.889,00	28.491.155,00	27.456.188,00	28.276.554,53	28.926.916,00	6.735.615,00	6.964.952,00	7.952.628,00	7.981.038,96	8.009.448,45
Norte	1.405.205,00	1.393.193,00	1.353.072,00	1.353.812,54	1.205.927,00	497.301,00	598.165,00	495.089,00	465.511,19	511.928,19
Nordeste	4.397.445,00	4.296.590,00	4.071.904,00	4.426.820,53	4.197.865,00	1.287.390,00	1.377.588,00	1.466.692,00	1.542.015,24	1.659.276,00
Sudeste	14.908.876,00	15.369.619,00	14.868.243,00	14.724.631,00	15.519.068,00	3.154.659,00	3.187.536,00	3.906.908,00	4.050.767,66	4.139.577,00
Sul	3.852.376,00	3.927.785,00	3.857.204,00	3.995.323,16	4.208.323,00	1.126.561,00	1.134.546,00	1.347.862,00	1.136.680,15	1.148.537,00
Centro-Oeste	3.235.987,00	3.503.968,00	3.305.765,00	3.775.967,31	3.795.733,00	669.704,00	667.117,00	736.077,00	786.064,73	550.130,26

Continua

Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Código CNAE 8011-1/01 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

(2) Código CNAE 8012-9/00 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

(3) Soma dos CNAEs 8011-1/01 e 8012-9/00

TABELA 94

Saldo, admissões e desligamentos dos trabalhadores em atividades de vigilância e segurança privada e de transporte de valores
Brasil - 2015-2020

Ano	Atividades de Vigilância e Segurança Privada			Atividades de Transporte de Valores			Total		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
2015	161.770	184.662	-22.892	14.577	18.121	-3.544	176.347	202.783	-26.436
2016	141.498	167.481	-25.983	11.489	16.917	-5.428	152.987	184.398	-31.411
2017	136.079	147.749	-11.670	12.345	18.033	-5.688	148.424	165.782	-17.358
2018	148.484	143.362	5.122	8.775	8.505	270	157.259	151.867	5.392
2019	150.653	152.882	-2.229	7.441	7.473	-32	158.094	160.355	-2.261
2020	74.182	80.308	-6.126	2.352	4.246	-1.894	76.534	84.554	-8.020

Obs: O dado de 2020 é referente ao mês de junho.

Fonte: Ministério da Economia - CAGED; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em R\$ correntes

Receita bruta de prestação de serviços no ano

Total – Atividades de vigilância e segurança privada e transporte de valores ⁽³⁾

	2015	2016	2017	2018	2019
--	------	------	------	------	------

Brasil	34.535.504,00	35.456.107,00	35.408.816,00	36.257.593,49	36.936.364,45
---------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

Norte	1.902.506,00	1.991.358,00	1.848.161,00	1.819.323,73	1.717.855,19
Nordeste	5.684.835,00	5.674.178,00	5.538.596,00	5.968.835,77	5.857.141,00
Sudeste	18.063.535,00	18.557.155,00	18.775.151,00	18.775.398,65	19.658.645,00
Sul	4.978.937,00	5.062.331,00	5.205.066,00	5.132.003,31	5.356.860,00
Centro-Oeste	3.905.691,00	4.171.085,00	4.041.842,00	4.562.032,03	4.345.863,26

TABELA 95

Reajuste dos pisos salariais dos vigilantes

Brasil e Regiões - 2015-2020

Brasil e Regiões	Índice	Reajuste dos pisos salariais dos vigilantes, INPC e IPCA					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	INPC	6,2%	11,3%	6,6%	2,1%	3,4%	4,5%
	IPCA	6,4%	10,7%	6,3%	3,0%	3,8%	4,3%
	Reajuste	8,3%	11,4%	5,7%	2,0%	3,5%	2,5%
Região Norte	INPC	6,2%	11,3%	6,6%	2,1%	3,4%	4,5%
	IPCA	6,4%	10,7%	6,3%	3,0%	3,8%	4,3%
	Reajuste	8,6%	11,1%	5,4%	0,7%	3,6%	2,4%
Região Nordeste	INPC	6,2%	11,3%	6,6%	2,1%	3,4%	4,5%
	IPCA	6,4%	10,7%	6,3%	3,0%	3,8%	4,3%
	Reajuste	8,4%	11,7%	6,3%	2,1%	3,5%	2,1%
Região Sul	INPC	6,2%	11,3%	6,6%	2,1%	3,4%	4,5%
	IPCA	6,4%	10,7%	6,3%	3,0%	3,8%	4,3%
	Reajuste	8,0%	11,5%	5,6%	2,2%	2,5%	2,9%
Região Sudeste	INPC	6,2%	11,3%	6,6%	2,1%	3,4%	4,5%
	IPCA	6,4%	10,7%	6,3%	3,0%	3,8%	4,3%
	Reajuste	8,8%	11,3%	5,6%	2,8%	3,6%	2,7%
Região Centro-Oeste	INPC	6,2%	11,3%	6,6%	2,1%	3,4%	4,5%
	IPCA	6,4%	10,7%	6,3%	3,0%	3,8%	4,3%
	Reajuste	7,6%	11,6%	5,0%	2,7%	3,9%	3,0%

Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 96

Valores pagos pelas empresas de segurança privada em multas e taxas

Brasil - 2015-mai/20

Em R\$ correntes

Tipo de pagamento	Valor pago em multas e taxas					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 ⁽¹⁾
Total geral	63.196.494,20	125.623.204,35	111.198.926,30	104.614.138,92	100.931.807,61	29.994.991,40
Subtotal taxas	56.498.526,52	109.017.713,12	97.545.905,28	97.420.667,94	96.701.863,26	28.940.230,40
Alteração de atos constitutivos	247.640,48	430.293,08	386.223,81	433.296,37	465.713,50	150.337,25
Registro de certificado de formação de vigilantes	1.102.094,50	1.796.003,58	1.576.067,04	1.455.541,66	1.386.561,39	278.963,70
Vistoria das instalações de empresa de segurança privada ou de empresa que mantenha segurança própria	4.895.646,25	8.172.292,16	8.498.386,78	8.453.141,80	8.605.256,08	2.988.333,58
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	4.803.856,46	8.597.440,99	8.310.262,39	8.487.832,56	8.584.539,52	3.780.008,26
Renovação de certificados das instalações da empresa de segurança privada ou de empresa que mantenha segurança própria	1.809.317,70	3.259.680,25	3.246.137,31	3.336.257,70	3.290.735,94	1.200.931,25
Renovação de certificado de vistoria de veículos especiais de transporte de valores	1.096.184,41	2.020.324,33	1.898.900,89	1.933.283,95	2.025.874,35	893.708,31
Autorização para compra de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga	527.049,37	933.127,62	920.477,59	963.201,75	972.334,75	385.091,00
Autorização para transporte de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga	3.197.721,72	5.078.519,37	4.683.526,09	4.518.277,25	4.262.857,20	1.637.238,96
Autorização para mudança de uniforme	32.641,92	64.645,12	78.333,76	85.839,26	118.088,25	18.495,75
Expedição de alvará de funcionamento de empresa de segurança privada ou de empresa que mantenha segurança própria	526.839,11	823.709,10	853.752,94	802.448,91	777.530,30	281.250,00
Expedição de alvará de funcionamento de escola de formação de vigilantes	24.456,75	18.652,14	20.297,12	24.251,58	27.390,82	5.389,24
Expedição de carteira de vigilante	2.878.709,58	4.015.980,73	2.008.841,76	4.495.479,50	5.571.672,36	1.618.959,30
Vistoria de estabelecimentos financeiros por agência ou posto	35.356.368,27	73.807.044,65	65.064.697,80	62.431.815,65	60.613.308,80	15.701.523,80
Subtotal multas	6.697.967,68	16.605.491,23	13.653.021,02	7.193.470,98	4.229.944,35	1.054.761,00
Multa segurança privada, categoria vigilante, transporte valores e cursos de formação (Min: 532,05 – Max: 5.320,50)	6.697.967,68	16.605.491,23	13.653.021,02	7.193.470,98	4.229.944,35	1.054.761,00

Fonte: Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Os dados de 2020 se referem aos valores pagos até o mês de maio.

TABELA 97

Registros de armas e munições novas e transferências de armas munições entre empresas de segurança privada, publicadas no Diário Oficial da União

Brasil e Regiões - 2018-jun/20

Brasil e Regiões	Registros de armas novas								
	Armas Letais			Armas não letais			Munição		
	2018	2019	Jun-20	2018	2019	Jun-20	2018	2019	Jun-20
Brasil	13.970	8.853	8.844	6.491	5.485	1.493	11.563.275	10.824.253	4.224.344
Norte	954	666	546	302	200	11	1.239.197	1.655.966	539.248
Nordeste	4.660	2.290	630	1.155	524	90	2.696.373	2.754.529	574.611
Sul	2.108	1.778	788	418	474	20	2.507.385	1.740.532	888.949
Sudeste	4.905	3.124	3.373	3.434	2.385	451	2.900.969	2.529.861	1.080.883
Centro-Oeste	1.343	995	3.507	1.182	1.902	921	2.219.351	2.143.365	1.140.653

Continua

Fonte: Diário Oficial da União - Polícia Federal; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TABELA 98

Veículos comprados pelas empresas de segurança privada, por tipo de veículo

Brasil e Regiões - janeiro a julho de 2020

Brasil e Regiões	Veículos comprados		
	Carro de Escolta Armada	Carro Forte (Veículo Especial de T.V.)	Carro Leve de Transporte de Valores
Brasil	3.465	4.954	929
Norte	165	426	46
Nordeste	423	1.140	142
Sul	617	761	157
Sudeste	2.017	2.217	516
Centro-Oeste	243	410	68

Fonte: Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Polícia Federal.

Brasil e Regiões	Transferências entre empresas								
	Armas Letais			Armas não letais			Munição		
	2018	2019	Jun-20	2018	2019	Jun-20	2018	2019	Jun-20
Brasil	15.609	9.276	3.977	6	22	31	218.489	142.445	178.115
Norte	2.932	768	307	-	-	-	31.836	8.425	3.466
Nordeste	4.661	1.177	264	3	-	1	37.091	18.194	2.747
Sul	1.539	741	269	-	-	-	13.779	48.859	280
Sudeste	5.768	6.062	2.708	3	19	30	113.954	56.984	155.184
Centro-Oeste	709	528	429	-	3	-	21.829	9.983	16.438